



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000  
CNPJ Nº 08.294.688/0001-71

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025**  
**PROCESSO ADM. Nº 1278/2025**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Prefeitura municipal de Afonso Bezerra, Estado do Rio Grande do Norte, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.294.688/0001-71, com sede na Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro – Afonso Bezerra – UF: RN - CEP 59.510-000, torna público, que realizará licitação, **Sistema de Registro de Preços**, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço por global**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, das Leis Complementar nº 123/2006 e 147/2014, do Decreto Municipal nº 070/2023, Lei Complementar Municipal nº 736/2022, demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Data da sessão: 05.JUNHO.2025

Horário: 10:00 HORAS

Local: Portal de Compras Públicas – [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Critério de Julgamento: menor preço por lote.

Modo de disputa: aberto

Impugnações e Esclarecimentos até às 23:59 horas do dia 02.JUNHO.2025.

## **1. DO OBJETO.**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa, mediante registro de preços, para fornecimento de fardamento e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), com especificações técnicas diferenciadas conforme as atividades executadas por cada grupo funcional da Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente as NRS nº 6, 10, 18, 21 e 35, e ainda conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será por lote, conforme Anexo I constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes/itens forem de seu interesse.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço por global, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador, participantes e não participantes, bem como, eventuais adesões a ARP, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DO CREDENCIAMENTO.**

**3.1.** O CREDENCIAMENTO é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

**3.2.** O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

**3.4.** O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

4.1. Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar, na internet, a página [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no link "Processos" para acompanhar, ou cadastrar-se no link "Adesão", para participar;

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

4.10. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.**

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca/fabricante de cada item ofertado;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do ANEXO I - Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta registrado no sistema não poderá ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de desclassificação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste edital.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **RS 10,00 (DEZ REAIS)**.
- 7.9. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

- 7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 7.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 7.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
  - 7.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - 7.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 7.29.2. empresas brasileiras;
  - 7.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 7.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 7.30.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

- 8.15. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 8.16. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.
- 8.17. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.17.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.18. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.19. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.20. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.21. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.21.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
  - 8.21.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

**8.21.3.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **24 (VINTE E QUATRO) HORAS**, contados da solicitação.

**8.21.3.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**8.21.3.2.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.21.3.3.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

**8.21.3.4.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**8.21.3.5.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**8.21.3.6.** Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de **05 (cinco) dias** úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**8.21.3.7.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**8.22.** A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

**8.23.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.24.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.25.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.25.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.25.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.26.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.27.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO.**

9.1. As regras acerca da HABILITAÇÃO são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

### **9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

9.2.1. As regras acerca da HABILITAÇÃO JURÍDICA são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

### **9.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

9.3.1. As regras acerca da HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

**9.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

9.4.1. As regras acerca da HABILITAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

9.5.1. As regras acerca da HABILITAÇÃO TECNICA são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (DUAS) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**11. DOS RECURSOS.**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará os prazos e a forma dispostos no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

**12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

**13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

**14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

14.1. A garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (CINCO)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3. O prazo de que trata o item 15.2 poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

15.4. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato ou ata de registro de preço, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou ata de registro de preço, sem prejuízo da aplicação das sanções.

**16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.**

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

**18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

**19. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. As regras acerca do pagamento e dos recursos orçamentários são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

20.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

20.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**20.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**20.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**20.5.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município e na Imprensa Oficial da União (DOU), as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**20.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**20.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

**a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

**b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

**c) PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

**21.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar diretamente no sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)) o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, nos termos do Art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**21.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**21.3. A IMPUGNAÇÃO E/OU PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO SER FEITOS EXCLUSIVAMENTE POR FORMA ELETRÔNICA NO SISTEMA [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).**

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

**22.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**22.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**22.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**22.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**22.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

- 22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.10.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 22.10.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 22.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.12.** A PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 22.12.1.** A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.
- 22.12.2.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 22.13.** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 22.14.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço PRAÇA CÍVICA, 09 DE JUNHO, Nº 37, CENTRO – AFONSO BEZERRA – UF: RN - CEP 59.510-000, nos dias úteis, no horário das 08h às 13h, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

**23. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:**

- 23.1. TERMO DE REFERÊNCIA**
- 23.1.1. ANEXO I - APÊNDICE DO TERMO DE REFERENCIA;**
- 23.2. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**
- 23.3. ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 23.4. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**

Afonso Bezerra-RN, \*\* de \_\_\_\_\_ de 2025.

**Autorizado por:**

**Haroldo Jose Bezerra da Paz**  
**Prefeito**



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

---

**TERMO DE REFERÊNCIA**

---

**Pregão Eletrônico nº \*\*/2025**  
**PROCESSO ADM. Nº 1278/2025**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Ref. DFD: 263**

### **INTRODUÇÃO**

Este documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta as regras para a contratação de acordo com a solução que atenderá à necessidade abaixo especificada, em observância às normas vigentes (art.18, parágrafo 1º, da Lei14.133/2023) e aos princípios que regem a Administração Pública.

### **1. OBJETO, PREÇOS E PRAZOS**

- 1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a Contratação de empresa, mediante registro de preços, para fornecimento de fardamento e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), com especificações técnicas diferenciadas conforme as atividades executadas por cada grupo funcional da Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente as NRs nº 6, 10, 18, 21 e 35, e ainda conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A referida contratação está fundamentada nos pressupostos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 1.3. O valor estimado da contratação será definido com base em pesquisa de mercado e orçamentos prévios, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. Prazo do contrato é a partir da assinatura, podendo ser prorrogado conforme Lei 14.133 de 2021.
- 1.5. **Os itens a serem adquiridos têm sua especificação, unidades, quantidades e preços referencia, descritas na planilha do ANEXO I deste termo de referencia.**

### **2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

- 2.1. A Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos enfrenta desafios relacionados à segurança dos seus servidores operacionais, os quais desempenham atividades em campo que envolvem riscos elevados, como trabalhos em altura, manuseio de ferramentas pesadas e exposição a condições climáticas adversas. Dessa forma, é imprescindível a aquisição de fardamento adequado e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), que atendam às exigências das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, a fim de garantir a segurança e o bem-estar dos servidores, além de cumprir as obrigações legais e regulatórias relacionadas ao tema.
- 2.2. A ausência desses materiais pode resultar em acidentes de trabalho, afastamentos, e até mesmo em implicações legais para o município, comprometendo tanto a saúde dos trabalhadores quanto o desempenho das atividades da Secretaria. A contratação é, portanto, uma medida necessária e urgente para mitigar os riscos ocupacionais e garantir a conformidade com as normas de segurança do trabalho.

### **3. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO**

A contratação por Pregão Eletrônico, está fundamentada na Lei nº 14.133/2021, conforme o artigo 17, §2º, onde prevê que, as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo. O Pregão Eletrônico possibilita maior competitividade, transparência e economicidade, garantindo a ampla



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

participação de fornecedores e proporcionando melhores condições de preço e qualidade. Dessa forma justifica-se a contratação para garantir a adequada limpeza dos veículos públicos, em consonância com o interesse público.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 4.1.** A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de fardamento e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). O fornecimento será feito parceladamente, conforme demanda da Secretaria, com a entrega dos produtos de acordo com o cronograma previamente estabelecido. Os EPIs e fardamentos atendem às especificações exigidas pelas Normas Regulamentadoras (NR 6, 10, 18, 21 e 35), garantindo segurança e conformidade com a legislação vigente.
- 4.2.** A empresa contratada deverá fornecer os produtos de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência, com garantia de qualidade e conformidade dos itens entregues. O contrato será gerido de forma a assegurar a qualidade dos materiais, com fiscalização contínua do cumprimento dos prazos e especificações.

#### **5. FORMA E CRITÉRIOS PARA AQUISIÇÃO**

- 5.1.** A execução do objeto dar-se-á mediante fornecimento parcelado de fardamento e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme cronograma de entrega definido pela Secretaria Municipal de Obras, e de acordo com as especificações constantes no edital e neste Termo de Referência. A empresa vencedora do certame deverá entregar os itens diretamente no almoxarifado central da Secretaria ou em local designado, devidamente acondicionados, identificados e com as especificações técnicas exigidas.
- 5.2. ENTREGA:** Os itens deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Nota de Empenho ou assinatura do contrato, salvo estipulação diferente definida no edital. Os produtos deverão ser acompanhados de nota fiscal e, quando aplicável, dos respectivos laudos técnicos, certificados de conformidade e/ou documentos de garantia.
- 5.3. A ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS ESTARÁ CONDICIONADA À:** Verificação do atendimento às especificações técnicas constantes no Termo de Referência; Conferência de quantidades e integridade dos produtos; Análise da conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NRs nº 6, 10, 18, 21 e 35); Aprovação técnica por servidor(a) designado(a) pela Secretaria Municipal de Obras; Recusa imediata de materiais danificados, em desconformidade com o solicitado ou que não atendam às exigências legais e técnicas.
- 5.4. Subcontratação**
- 5.4.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 5.4.2.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 5.5. Garantia da contratação**
- 5.5.1.** NÃO haverá exigência da garantia da contratação



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

**6. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

6.1. As providências que devem ser adotadas incluem:

- **Elaboração detalhada do Termo de Referência** com as especificações técnicas;
- **Pesquisa de preços** conforme os requisitos da Lei nº 14.133/2021;
- **Abertura do processo licitatório** conforme o calendário da Secretaria e a programação orçamentária;
- **Designação de responsáveis** para fiscalização e acompanhamento do contrato.

**7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

7.1 Os serviços deverão ser executados de forma contínua, conforme cronograma definido pela Administração Pública, garantindo a limpeza e conservação da frota municipal sem interrupções.

7.2 A aceitação dos serviços ocorrerá mediante inspeção realizada por servidores designados pelas Secretarias Municipais, que verificarão a qualidade da execução e o atendimento aos padrões exigidos.

7.3 Serão considerados inaceitáveis serviços prestados em desconformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, podendo a Administração Pública recusar a aceitação e exigir a reexecução sem custos adicionais.

7.4 A empresa contratada deverá apresentar relatórios periódicos detalhando os serviços realizados, contendo data, identificação dos veículos atendidos e descrição das atividades executadas.

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

**8.1 São Obrigações da Contratante:**

- I. Fornecer as informações necessárias para a correta execução dos serviços, incluindo a relação de veículos a serem atendidos.
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, garantindo o cumprimento das condições contratuais.
- III. Efetuar os pagamentos devidos à empresa contratada conforme prazos e condições estabelecidos no contrato.
- IV. Notificar a empresa contratada sobre quaisquer irregularidades detectadas na prestação dos serviços, exigindo as correções necessárias.
- V. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

**8.2 São obrigações do Fornecedor:**

- a) Cumprir rigorosamente as condições estabelecidas no contrato e nos demais documentos que regem a contratação.
- b) Garantir a utilização de produtos e equipamentos adequados, respeitando as normas ambientais e de segurança do trabalho.
- c) Disponibilizar equipe técnica qualificada para a execução dos serviços, garantindo treinamento adequado aos profissionais envolvidos.
- d) Manter registros detalhados das atividades realizadas, permitindo auditoria e fiscalização por parte da Administração Pública.
- e) Corrigir, sem ônus para a Administração Pública, quaisquer falhas ou defeitos nos serviços prestados, sempre que notificado.
- f) Responsabilizar-se por eventuais danos causados aos veículos durante a execução dos serviços, devendo arcar com os custos de reparação.
- g) Cumprir com todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias relativas aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços.
- h) Atender às determinações da Administração Pública quanto a eventuais ajustes na execução dos serviços, desde que não impliquem acréscimo de custos não previstos no contrato.

**9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 9.6. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por outros órgãos participantes e não participantes (OU CARONAS) ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

#### **Fiscalização**

- 9.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 9.8. Fiscalização Técnica
  - 9.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI):
    - a) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
    - b) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
    - c) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
    - d) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
    - e) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
  - 9.8.2. Fiscalização Administrativa: O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
  - 9.8.3. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

**Fiscalização Técnica**

- 9.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 9.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 9.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 9.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 9.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 9.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**Fiscalização Administrativa**

- 9.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 9.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 9.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**Gestor do Contrato**

- 9.18. Cabe ao gestor do contrato:
- 9.18.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 9.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 9.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 9.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 9.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 9.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 9.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

**10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**Recebimento**

- 10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada, devendo ser substituídos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação formal da Administração, às custas da contratada e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável.
- 10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 10.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada, devendo ser substituídos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação formal da Administração, às custas da contratada e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável. Será feito no ato da entrega, mediante conferência física e documental dos materiais, e o recebimento definitivo ocorrerá após a verificação técnica, quantitativa e qualitativa dos produtos fornecidos, com base nas especificações estabelecidas neste Termo de Referência e nas normas da ABNT aplicáveis.
- 10.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 10.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 10.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 10.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 10.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

**Liquidação**

- 10.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 10.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 10.12.1. o prazo de validade;
- 10.12.2. a data da emissão;
- 10.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 10.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 10.12.5. o valor a pagar; e
- 10.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

10.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.15. A Administração poderá, a qualquer tempo, consultar sistemas oficiais de informações cadastrais, como o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM), a fim de verificar o cumprimento das condições de habilitação e restrições à contratação.

10.16. Constatada qualquer irregularidade que comprometa a regularidade fiscal ou jurídica da contratada, esta será notificada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou apresentar defesa, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

10.17. Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas as medidas cabíveis, inclusive a rescisão contratual, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme os arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

#### **Prazo de pagamento**

10.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

10.19. No caso de atraso no pagamento por parte da Administração, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data da efetiva quitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice legalmente fixado, conforme disposto no § 5º do art. 143 da Lei nº 14.133/2021. poderão ser adotadas as medidas cabíveis, inclusive a rescisão contratual, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme os arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

#### **Forma de pagamento**

10.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

10.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

10.25. A presente contratação permite a antecipação de pagamento parcial, conforme as regras previstas neste item.

10.26. O contratado emitirá nota fiscal correspondente ao valor da antecipação de pagamento, tão logo seja formalizado o contrato e prestada a garantia contratual, para que a Administração possa efetuar o pagamento antecipado.

10.27. Para etapas subsequentes do fornecimento, a antecipação poderá ocorrer mediante comprovação da execução da etapa anterior e prestação de garantia adicional, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento).

10.28. Quando admitida a antecipação de pagamento, o contratado será obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

10.29. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução proporcional do valor correspondente à parcela não executada.

10.30. O valor a ser devolvido será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

10.31. A liquidação da despesa observará as regras deste Termo de Referência quanto ao recebimento



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

provisório e definitivo.

10.32. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal emitida pela contratada.

10.33. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a execução da parcela correspondente.

10.34. O pagamento antecipado observará as retenções tributárias previstas na legislação vigente. no pagamento por parte da Administração, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data da efetiva quitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice legalmente fixado, conforme disposto no § 5º do art. 143 da Lei nº 14.133/2021. poderão ser adotadas as medidas cabíveis, inclusive a rescisão contratual, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme os arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

#### **Cessão de crédito**

10.35. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

10.36. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

10.37. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

10.38. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

10.39. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

10.40. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

#### **Reajuste**

10.41. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/03/2025.

10.42. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme previsto no art. 134 da Lei nº 14.133/2021. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

**11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

11.2.5. Moratória, para a infração de atraso injustificado na entrega dos materiais (alínea “d”): multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

11.2.6. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.2.7. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.8. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”: multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação.

11.2.9. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”: multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação.

11.2.10. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”: multa de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

11.2.11. Compensatória, em substituição à multa moratória da alínea “d”, quando não aplicada esta, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

11.2.12. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”: multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea que poderão justificar penalidade diversa:

11.2.13. Descumprimento parcial reiterado de prazos;

11.2.14. Fornecimento com vícios sanáveis, mas recorrentes;

11.2.15. Não observância de exigências técnicas acessórias não essenciais à finalidade do contrato.

11.2.16. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. O não recolhimento da multa dentro do prazo implicará na sua inscrição em dívida ativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, isolada ou cumulativamente, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

11.7.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

### **Forma de fornecimento**

12.2. O fornecimento do objeto será **parcelado e continuado**, conforme a demanda da Administração e com entrega sob Ordem de Compra.

### **Exigências de habilitação**

12.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **12.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

I. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir,



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

para fins de habilitação:

- II. Por se tratar de obrigação legal, documentos específicos como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, fundamentando nos termos do artigo 66 da (Lei nº 14.133/2021).
- III. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- IV. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- V. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- VI. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- VII. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- VIII. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- IX. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- X. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**12.5. HABILITAÇÃO FISCAL/SOCIAL/TRABALHISTA:**

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- IV. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- VI. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- VII. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- VIII. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- IX. Declaração formal de que atende aos requisitos de habilitação, conforme Art. 63, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.
- X. Declaração formal de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação, conforme Art. 63, § 1º da Lei Federal 14.133/2021.

**12.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 12.6.1. Certidão Negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- 12.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, (Art. 69, I, da Lei Federal nº 14.133/21), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

12.6.3. Está dispensado de apresetar o balanço patrimonial O Microempreendedor Individual com base no art. 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelo qual faz jus a dispensa de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis em observância ao §2º do art. 1.179, do Código Civil.”

12.6.3.1. O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deverão estar registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante e estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

12.6.3.2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do Balanço de Abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante, referentes ao período de existência da sociedade;

12.6.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.6.3.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil- financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

12.6.3.5. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

12.6.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante apresentação de declaração, emitida por contador devidamente habilitado, devendo está acostada a Certidão de Regularidade Profissional na declaração, de que a empresa obtém de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{ATIVO TOTA}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \end{aligned}$$

12.6.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

### 13. Qualificação Técnica

13.1. Apresentação de atestados de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a licitante executou ou está executando de maneira satisfatória e a contento, fornecimento de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

13.2. Os atestados apresentados poderão ser objeto de diligência, inclusive com a verificação da autenticidade, da execução do objeto declarado e da compatibilidade com o escopo desta licitação.

13.3. A empresa deverá disponibilizar, sempre que solicitado, informações e documentos comprobatórios da veracidade dos atestados apresentados, tais como cópia dos contratos que os originaram, notas fiscais correspondentes, endereço atual da contratante e o local em que foi executado o objeto declarado, de modo a subsidiar a análise da Administração.

13.4. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.5. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.6. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.7. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pelo Setor de Licitação, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

13.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

13.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

13.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

13.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

13.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

13.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

13.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

#### **14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Como método para estimar os valores para a referida contratação, a Administração realizou pesquisa de preços obedecendo às disposições do Art. 23 da Lei 14.133/2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação, com base no âmbito da administração público.

14.2. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 80.332,25(oitenta mil trezentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos no MAPA DE PESQUISA MERCADOLÓGICA DE PREÇOS Nº 131-2025.

14.3. Para essa contratação foi obtido preço médio de mercado através de pesquisa no Banco de Cesta de Preços Nacional "bancodeprecos.com.br", e no mínimo 3 (tres) empresas do ramo pertinente, localizadas no município de Afonso Bezerra-RN, e transcritos para o Mapa de Pesquisa Mercadológica nº 131/2025, realizado pelo Departamento de Compras e anexo ao caderno processual.

14.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

14.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

14.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos consignados no orçamento do Município de Afonso Bezerra/RN, respeitada a disponibilidade financeira e a dotação orçamentária específica, a ser indicada no momento oportuno da formalização de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços.

15.2. Por se tratar de licitação na modalidade Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, não há obrigatoriedade de indicação prévia da dotação orçamentária para cada item, sendo suficiente a demonstração de que o objeto está alinhado ao planejamento da Administração e compatível com as previsões orçamentárias da Lei Orçamentária Anual vigente.

15.3. A cada contratação individualizada derivada da Ata, será exigida, como condição de validade, a comprovação de adequação orçamentária e financeira, mediante a indicação da fonte de recursos correspondente, com respaldo no planejamento orçamentário do exercício.

15.4. As contratações que se derem em exercícios financeiros posteriores observarão a previsão na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA) e a liberação dos créditos orçamentários correspondentes, conforme os instrumentos normativos





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

aplicáveis, podendo ser formalizadas por meio de apostilamento ou outro instrumento equivalente.

15.5. A adequação orçamentária atenderá aos princípios da responsabilidade fiscal, economicidade e eficiência, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e demais dispositivos pertinentes à gestão pública.

**ÓRGÃO:** 02 – PODER EXECUTIVO

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.010 – SEC. MUN. DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

**FUNÇÃO:** 15 - URBANISMO

**SUB-FUNÇÃO:** 452 – SERVIÇOS URBANOS

**PROGRAMA:** 0002 - MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE QUALIDADE

**PROJ./ATIV.:** 2043 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

**ELEMENTO DE DESPESA:** 4.4.90.30

**FONTE:** 15000000 – Recursos não Vinculados de impostos

**FONTE:** 17200000 – Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinados ao FEP – Lei 9.478/1997

#### **16. JUSTIFICATIVA PARA FORMAÇÃO DE LOTES**

16.1. Considerando a diversidade dos itens envolvidos, a divisão em lotes se mostra a forma mais adequada.

16.2. A opção pelo agrupamento por lote encontra justificativa no interesse público, revelando-se instrumento adequado para viabilizar, de modo célere, contratação que envolve vasta quantidade de produtos, do mesmo segmento de mercado. Considerando que o sistema de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, participam licitantes do País inteiro, se cada item fosse declarado um vencedor diferente do outro, viria a inviabilizar o fornecimento dos produtos, devido aos custos com transportes, bem como tributação e outros acréscimos que viriam agregar valores ao custo final, portanto gerando prejuízos e transtornos ao Erário. Destacamos que por serem produtos de natureza similar e pertencentes ao mesmo segmento de mercado, a rigor o agrupamento de vários itens num mesmo lote não compromete a competitividade do certame, tendo em vista a existência de várias empresas que atuam no mercado, e que apresentam condições e aptidão para cotar todos os itens ora pretendidos. Por esses motivos o agrupamento em lotes se torna economicamente mais viável. Pois, dessa maneira aumentamos a probabilidade de firmar contrato mais vantajoso, beneficiando a eficiência em contratos administrativos.

#### **16.3. Das Jurisprudências do TCU:**

16.3.1. Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário: “A divisão do objeto em lotes visa garantir a competitividade (...).”

16.3.2. Acórdão nº 3.074/2014 – Plenário: “É legítima a contratação por lotes quando demonstrada a conveniência técnica (...).”

#### **16.4. Base legal atual (Lei nº 14.133/2021):**

16.4.1. Art. 40, §1º, inciso I – A Administração poderá dividir o objeto em lotes, sempre que possível, visando à ampliação da competitividade, desde que tecnicamente justificável.

#### **17. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

17.1. O presente termo de referência foi elaborado pela Secretaria abaixo relacionados, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 70/2023.

#### **ASSINATURA DO REQUISITANTE:**

\_\_\_\_\_  
Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Port. Nº 009/2025

#### **AUTORIZADO POR:**

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ  
PREFEITO MUNICIPAL



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

**ANEXO I - APENDICE DO TERMO DE REFERENCIA**  
**Pregão Eletrônico nº \*\*/2025**

**OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de empresa, mediante registro de preços, para fornecimento de fardamento e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), com especificações técnicas diferenciadas conforme as atividades executadas por cada grupo funcional da Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente as NRs nº 6, 10, 18, 21 e 35, e ainda conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

**LOTE ÚNICO: Planilha de Preços, Descrição e Quantidades maxima para contratação.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT	VALOR
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$</b>			<b>R\$ 80.332,25</b>	
41319	MÁSCARA BALACLAVA confeccionada com tecido tecnológico com fator de proteção ultravioleta (FPU), desenvolvido especificamente para proteger o rosto, o pescoço e parte da cabeça contra os efeitos nocivos da radiação solar. O modelo indicado deve ser confeccionado em material leve, respirável, com secagem rápida e tratamento antibacteriano, como o tecido de poliamida com elastano e FPU 50+. Esse equipamento é essencial para servidores que atuam em áreas externas.	Uni	100	16,27
41212	AVENTAL DE RASPA PARA SOLDADOR: Avental de segurança em couro raspa, espessura 1,2 mm, alças cruzadas e fechamento com tiras ajustáveis. Protege contra respingos de solda e calor. Normas: NR 6 / CA válido Tamanho único	Uni	5	41,00
41198	BOTINA DE SEGURANÇA COM BICO DE AÇO: Botina de segurança de uso profissional, com cabedal em couro curtido, biqueira de aço (resistência a impacto = 200 J), solado bidensidade, absorção de impacto, resistência à abrasão, à perfuração e a agentes químicos leves. Forro interno com tecido antibacteriano, sem fechamento. Cor: Preta Normas: NBR ISO 20345 / NR 6 - CA válido Tamanhos disponíveis: 37 ao 45	Par	80	105,94
41200	BOTINA DE USO ADMINISTRATIVO: Botina tipo social ou semi-operacional, de uso interno e para campo leve, confeccionada em couro ou material sintético de alta durabilidade, solado em borracha macia, palmilha anatômica, sem biqueira de aço, com fechamento por cadarço, Foco em conforto para uso prolongado em escritório ou em pequenas vistorias externas, mantendo aparência institucional. Cor: Preta Normas: Não classificada como EPI - uso institucional Tamanhos disponíveis: 36 ao 44	Par	10	185,00
41199	BOTINA DIELÉTRICA: Botina de segurança dielétrica, confeccionada em couro hidrofugado, livre de componentes metálicos. Solado em poliuretano bidensidade com resistência a óleo combustível (SRC), isolante elétrico, palmilha anatômica e absorção de impacto no calcanhar. Fechamento com elástico lateral ou cadarço. Forro interno com tratamento antibacteriano e controle de umidade. Cor: Preta Normas: NBR ISO 20345 / NR 10 - Classe II - CA válido	Par	7	190,36



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**

**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

	Tamanhos disponíveis: 37 ao 45			
41188	Calça antichama: Calça confeccionada em tecido retardante a chamas, com costura dupla, passadores para cinto, bolsos frontais e traseiro com lapela, acabamento resistente ao uso diário em campo. Cor: Azul escuro. Normas: NBR 16604, NR 10. Tamanhos disponíveis: 36 ao 54, A calça também deve conter a logomarca da Prefeitura aplicada à frente de um dos bolsos (preferencialmente o direito), com largura entre 8 cm e 10 cm e altura proporcional entre 5 cm e 6,5 cm, por meio de bordado industrial ou silk screen de alta durabilidade,	uni	9	170,00
41190	Calça de brim com faixas refletivas: Calça em brim pesado (mín. 250g/m <sup>2</sup> ), bolsos padrão, costura reforçada, faixas refletivas horizontais nas pernas. Cor: Verde. Tamanhos disponíveis: 36 ao 54. A calça também deve conter a logomarca da Prefeitura aplicada à frente de um dos bolsos (preferencialmente o direito), com largura entre 8 cm e 10 cm e altura proporcional entre 5 cm e 6,5 cm, por meio de bordado industrial ou silk screen de alta durabilidade,	uni	80	71,22
41192	Calça de brim reforçada: Calça com bolsos frontais e traseiro, costura reforçada, passadores para cinto. Cor: Verde. Tamanhos disponíveis: 36 ao 54. A calça também deve conter a logomarca da Prefeitura aplicada à frente de um dos bolsos (preferencialmente o direito), com largura entre 8 cm e 10 cm e altura proporcional entre 5 cm e 6,5 cm, por meio de bordado industrial ou silk screen de alta durabilidade,	uni	60	101,33
41194	Calça de brim: Calça de brim média, bolsos padrão, costura simples. Cor: Verde. Tamanhos disponíveis: 38 ao 50, A calça também deve conter a logomarca da Prefeitura aplicada à frente de um dos bolsos (preferencialmente o direito), com largura entre 8 cm e 10 cm e altura proporcional entre 5 cm e 6,5 cm, por meio de bordado industrial ou silk screen de alta durabilidade,	uni	10	88,73
41196	Calça de brim: Calça de corte formal, brim leve, bolsos padrão, confortável para ambientes internos e externos leves. Cor: Cinza claro, azul marinho, preta. Tamanhos disponíveis: 38 ao 50. A calça também deve conter a logomarca da Prefeitura aplicada à frente de um dos bolsos (preferencialmente o direito), com largura entre 8 cm e 10 cm e altura proporcional entre 5 cm e 6,5 cm, por meio de bordado industrial ou silk screen de alta durabilidade.	uni	14	73,00
41187	Camisa manga longa antichama: Camisa de manga longa confeccionada em tecido antichama e antiestático, com proteção térmica contra arco elétrico. Gola esporte, fechamento com botões ocultos, bolso frontal com lapela, faixas refletivas nos braços e costas. Cor: Azul escuro. Normas: NBR 16604, NR 10, NBR ISO 11612. Tamanhos disponíveis: PP, P, M, G, GG, XG. A camisa deve conter a logomarca da Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra/RN aplicada no lado esquerdo do peito, com largura entre 8 cm e 10 cm e altura proporcional entre 5 cm e 6,5 cm, por meio de bordado industrial ou silk screen de alta durabilidade. Na parte das costas, deve conter a logomarca da Secretaria de Obras, centralizada na parte superior da camisa, com largura entre 20 cm e 25 cm e altura proporcional entre 10 cm e 13 cm, também aplicada por meio de silk screen ou termotransferência de alta resistência.	uni	9	177,26



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**Praça Cívica, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**

**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

41189	Camisa manga longa com proteção UV e faixas refletivas: Camisa de manga longa confeccionada em tecido com proteção solar permanente (FPS 50+), leve, respirável e de secagem rápida. Gola polo, fechamento frontal com botões, faixas refletivas horizontais e verticais aplicadas no peito, costas e braços. Cor: Verde com faixas refletivas. Normas: NR 21 e NR 6. Tamanhos disponíveis: PP, P, M, G, GG, XG. A camisa deve conter a logomarca da Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra/RN aplicada no lado esquerdo do peito, com largura entre 8 cm e 10 cm e altura proporcional entre 5 cm e 6,5 cm, por meio de bordado industrial ou silk screen de alta durabilidade. Na parte das costas, deve conter a logomarca da Secretaria de Obras, centralizada na parte superior da camisa, com largura entre 20 cm e 25 cm e altura proporcional entre 10 cm e 13 cm, também aplicada por meio de silk screen ou termotransferência de alta resistência.	uni	80	84,67
41191	Camisa manga longa de brim – Camisa em brim grosso, gola esporte, bolso simples, fechamento com botões, costura dupla reforçada. Cor: Verde. Tamanhos disponíveis: PP, P, M, G, GG, XG, A camisa deve conter a logomarca da Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra/RN aplicada no lado esquerdo do peito, com largura entre 8 cm e 10 cm e altura proporcional entre 5 cm e 6,5 cm, por meio de bordado industrial ou silk screen de alta durabilidade. Na parte das costas, deve conter a logomarca da Secretaria de Obras, centralizada na parte superior da camisa, com largura entre 20 cm e 25 cm e altura proporcional entre 10 cm e 13 cm, também aplicada por meio de silk screen ou termotransferência de alta resistência.	uni	60	80,10
41195	Camisa polo: Camisa polo em malha fria ou algodão, gola, dois botões frontais, acabamento reforçado com detalhe abertura lateral. Cores: Azul escuro, preto, branco. Tamanhos disponíveis: P, M, G, GG, XG. A camisa deve conter a logomarca da Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra/RN aplicada no lado esquerdo do peito, com largura entre 8 cm e 10 cm e altura proporcional entre 5 cm e 6,5 cm, por meio de bordado industrial ou silk screen de alta durabilidade. Na parte das costas, deve conter a logomarca da Secretaria de Obras, centralizada na parte superior da camisa, com largura entre 20 cm e 25 cm e altura proporcional entre 10 cm e 13 cm, também aplicada por meio de silk screen ou termotransferência de alta resistência acompanhado de identificação: Administrativo / Secretário / Chefe de Gabinete / Diretor / Coordenador (a definir no pedido).	uni	20	41,67
41193	Camisa tipo polo: Camisa polo em malha fria ou algodão, gola e dois botões frontais, com costura reforçada. Cor: Verde. Tamanhos disponíveis: P, M, G, GG. A camisa deve conter a logomarca da Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra/RN aplicada no lado esquerdo do peito, com largura entre 8 cm e 10 cm e altura proporcional entre 5 cm e 6,5 cm, por meio de bordado industrial ou silk screen de alta durabilidade. Na parte das costas, deve conter a logomarca da Secretaria de Obras, centralizada na parte superior da camisa, com largura entre 20 cm e 25 cm e altura proporcional entre 10 cm e 13 cm, também aplicada por meio de silk screen ou termotransferência de alta resistência.	uni	10	39,80
41205	CAPACETE COM JUGULAR E SUPORTE PARA PROTETOR	uni	45	82,76



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

	FACIAL: Capacete de segurança classe B, tipo aba frontal, casco em polietileno de alta densidade, suspensão com ajuste, tira absorvente, jugular de 3 pontos e suporte frontal para fixação de protetor facial. Cor: Branco ou amarelo (padrão da gestão) Normas: NBR 8221 / NR 10 / NR 18 Tamanho único (ajustável)			
41318	Capacete de segurança tipo paraquedista, indicado para atividades em altura e ambientes com risco de queda, confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD) ou material equivalente, com casco de alta resistência a impacto e penetração. Possui sistema de suspensão interna com jugular de no mínimo 4 pontos de fixação, com ajuste regulável e fechamento por engate rápido, garantindo perfeita fixação à cabeça do usuário. O capacete não possui aba frontal, proporcionando maior mobilidade e segurança em espaços confinados, andaimes, postes e estruturas elevadas. Pode conter orifícios laterais para ventilação, desde que não comprometam a proteção. Deve atender à norma técnica ABNT NBR 8221 e às exigências da NR 6 e NR 35, e possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Preferencialmente na cor branca ou laranja.	uni	15	72,26
41206	CINTURÃO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA: Cinturão tipo paraquedista, com ajuste abdominal, torácico e nas pernas, talabarte duplo com absorvedor de energia, ganchos duplos com abertura = 50mm. Cintas em poliéster de alta tenacidade. Normas: NR 35 / NBR 15836 Tamanho único (ajustável)	uni	5	232,60
41201	COLETE REFLETIVO DE SEGURANÇA: Colete de segurança confeccionado em tecido poliéster na cor fluorescente (amarelo-limão ou laranja), com faixas refletivas horizontais e verticais. Fechamento frontal com zíper. Tecido leve, respirável, com corte amplo para vestir sobre o fardamento. Aplicação: Trabalhos em via pública, em período noturno ou de baixa visibilidade. Normas: NR 6 / compatível com NBR 15292 Tamanhos disponíveis: P/M/G. Deve conter a logomarca da Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra/RN aplicada no lado esquerdo do peito, com largura entre 8 cm e 10 cm e altura proporcional entre 5 cm e 6,5 cm, por meio de bordado industrial ou silk screen de alta durabilidade. Na parte das costas, deve conter a logomarca da Secretaria de Obras, centralizada na parte superior da camisa, com largura entre 20 cm e 25 cm e altura proporcional entre 10 cm e 13 cm, também aplicada por meio de silk screen ou termotransferência de alta resistência.	uni	60	20,95
41316	Garrafa de água reutilizável, com capacidade mínima de 1 litro, confeccionada em material atóxico, livre de BPA, tritan ou similar, resistente a impactos e variações térmicas. Possui tampa rosqueável com vedação de silicone e bico dosador ou sistema abre-fácil, além de alça de transporte fixada ao corpo ou à tampa da garrafa. Deve ser de fácil higienização e reutilizável, visando à promoção da saúde ocupacional, à redução de resíduos plásticos e ao cumprimento das normas de conforto e bem-estar no ambiente de trabalho. Preferencialmente na cor institucional (azul, cinza ou translúcida), com personalização por gravação a laser da logomarca da Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra/RN. O item deverá ser entregue pronto para uso, em condições de	uni	60	37,88



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**

**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

	suportar uso contínuo por servidores em atividades externas.			
41317	Garraão de água reutilizável com capacidade mínima de 10 litros, fabricado em material plástico resistente, livre de BPA e apropriado para armazenamento de água potável. Deve possuir alça anatômica para transporte, bocal largo com tampa rosqueável de vedação e torneira de acionamento manual na parte inferior, que permita o abastecimento de recipientes menores. O material deve apresentar resistência a impactos moderados e variações térmicas, adequado para uso em ambientes externos e em áreas operacionais. O produto deverá ser de fácil higienização, resistente ao uso contínuo e reutilizável, visando atender à demanda de hidratação coletiva em conformidade com as exigências da NR 24. A personalização deverá ser feita por gravação a laser da logomarca da Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra/RN, aplicada em local visível no corpo do garraão.	uni	5	102,93
41203	Luva de borracha isolante, classe 00 (até 500V) ou classe 0 (até 1.000V), fabricada em látex natural, anatômica, com punho alongado, acabamento externo liso, testada eletricamente. Deve conter estampa de data de fabricação e validade do teste. Normas: NBR 10622 / NR 10 / NR 6 Tamanhos disponíveis: 9 e 10	PAR	20	218,29
41210	LUVA DE RASPA: Luva de couro tipo raspa, cinco dedos, punho 15cm, com reforço palmar e costura interna. Proteção contra abrasão, corte e impacto leve. Normas: NR 6 - CA válido Tamanho único	PAR	120	13,92
41204	Luva de Vaqueta: Luva de segurança confeccionada em couro vaqueta integral, cinco dedos, punho 15 cm, utilizada sobre a luva isolante para proteção mecânica. Costura em linha de nylon ou algodão reforçada. Norma: NR 6 - CA válido Tamanho único	PAR	120	12,83
41211	Luva nitrílica ou PVC, com forro interno, punho longo (30 cm), impermeável, resistente a produtos químicos leves e abrasivos. Normas: NR 6 - CA válido Tamanho único	PAR	120	15,17
41213	MÁSCARA DE SOLDA TIPO ESCUDO: Máscara de solda com escurecimento automático ou visor de vidro escuro, tipo escudo ou capacete. Cinta de fixação ajustável. Normas: NR 6 / NR 18 - CA válido Tamanho único	uni	2	82,87
41208	MÁSCARA RESPIRATÓRIA TIPO PFF2: Máscara descartável tipo PFF2 (equivalente ao N95), sem válvula, com elásticos duplos e clipe nasal. Uso obrigatório em exposição a poeiras, resíduos, tinta ou agentes biológicos. Normas: NR 6 / CA válido Tamanho único, pacote com 100 unidades.	UNIDADE	50	127,72
41209	MÁSCARA SEMIFACIAL COM FILTRO QUÍMICO: Máscara semifacial com estrutura em silicone ou PVC, tiras ajustáveis e encaixe para dois filtros químicos com retenção de vapores orgânicos. Deve acompanhar ao menos 1 par de filtros. Normas: NR 6 - CA válido Tamanho único	uni	10	117,29
41207	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR: Óculos de segurança com lente de policarbonato incolor, tratamento antirrisco, proteção UV, armação flexível com proteção lateral. Normas: NR 6 - CA válido Tamanho único (unisex)	uni	60	19,81
41320	Perneiras de coro confeccionados em couro curtido, resistentes à abrasão, cortes, perfurações e impactos leves.	uni	20	43,17



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

	Devem cobrir desde a parte inferior da perna até o peito do pé, com fechamento por velcro ou fivelas, garantindo um ajuste firme e seguro. Próprias para atividades como roçagem, capina, coleta de resíduos, construção civil e demais serviços com exposição a ferramentas cortantes, animais peçonhentos ou materiais pontiagudos.			
41202	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG: Protetor auricular tipo plug, em espuma de poliuretano, moldável, com ou sem cordão, reutilizável ou descartável. Redução mínima de ruído (NRRsf) = 15 dB. Aplicação: Ambientes com uso de ferramentas elétricas (serra, compressor, esmeril). Normas: NR 6 / CA válido Tamanho: Único (anatômico, moldável), pacote com 100 unidades.	UNIDADE	1.000	3,11
41214	Protetor solar fator FPS 50+, resistente à água e ao suor, sem fragrância, com rápida absorção. Frascos de 120 ml ou bisnaga individual. Normas: NR 21 / Segurança do trabalho, Bisnaga de 1L.	BIS	100	30,14
41215	WISEIRA FACIAL ACOPLADA AO CAPACETE: Protetor facial tipo viseira em policarbonato transparente, acoplável a capacete de segurança por suporte frontal (engate universal). Cobertura total da face (altura mínima: 20 cm), com resistência a impacto leve, riscos e produtos químicos não corrosivos. Utilizada em complemento aos óculos de proteção. Normas: NR 6 / CA válido / compatível com NBR 13696 Tamanho: Único (acoplamento universal)	uni	45	42,38



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000  
CNPJ Nº 08.294.688/0001-71

**ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

Pregão ELETRÔNICO Nº \*\*/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \*\*\*/2025

SESSÃO PÚBLICA: \*\*/\*\*/2024, ÀS \*\*H00MIN (\*\*) HORAS.  
LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS

**OBJETO:** Contratação de empresa, mediante registro de preços, para fornecimento de fardamento e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), com especificações técnicas diferenciadas conforme as atividades executadas por cada grupo funcional da Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente as NRs nº 6, 10, 18, 21 e 35, e ainda conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

<b>NOME DE FANTASIA:</b>						
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>						
<b>CNPJ:</b>						
<b>INSC. EST.:</b>						
<b>OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )</b>						
<b>ENDEREÇO:</b>						
<b>BAIRRO:</b>				<b>CIDADE:</b>		
<b>CEP:</b>				<b>E-MAIL:</b>		
<b>TELEFONE:</b>				<b>FAX:</b>		
<b>CONTATO DA LICITANTE:</b>				<b>TELEFONE:</b>		
<b>BANCO DA LICITANTE:</b>				<b>CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:</b>		
<b>Nº DA AGÊNCIA:</b>						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
<b>TOTAL POR EXTENSO:</b>						

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**OBS.** SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000  
CNPJ Nº 08.294.688/0001-71

**ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_/2025**

Pela presente Ata de Registro de Preços (ARP), de um lado A PREFEITURA DE AFONSO BEZERRA/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.294.688/0001-71, sede da prefeitura praça cívica 09 de junho, nº 37, Centro, CEP nº 59.510-000, Afonso Bezerra/RN, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. \*\*\*\*\*, CPF nº. XXXXXXX, brasileiro, empresário, residente e domiciliado a Rua Assentamento Santa Maria 1, nº 98, Zona Rural, Afonso Bezerra/RN, doravante denominado órgão **GERENCIADOR** e **DE OUTRO LADO** o(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, sediado(a) na xxxxxxxxxxxx, o(s) fornecedor(es) abaixo qualificado(s), doravante denominado(s) **DETENTOR DA ATA**, neste ato representado(a) por xxxxxxxxxxxx, portador do RG nº xxxxxxxxxxxx, devidamente inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, com endereço eletrônico xxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tudo registrado e em consonância com o Processo Administrativo nº xxxxxxxx e em observância às disposições da Lei 14.133, de 2021, e demais legislações correlatas aplicáveis, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE xxxxxxxxxxxx**, decorrente do Pregão Eletrônico n. xxxx/20xx, processo nº xxx/xxxxx/20xxxx, resolvem Registrar os Preços, com integral observância nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico em epígrafe, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**

**1.1.** O ÓRGÃO GERENCIADOR será o MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN.

**1.2.** Este instrumento, formalizado pelo órgão/entidade gerenciador(a) e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos e/OU entidades participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos/Entidades Participantes	Unidade de medida	Quantidade total

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de ....., especificado(s) no(s) item(ns) ..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do Edital de Pregão **OU** Concorrência nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**

**3.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
	Especificação	Marca	Modelo	Un.	Qde.	Valor Un.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

3.1.1. O registro de que trata o subitem 3.1 é composto pela unidade de contratação, sem a indicação do total a ser eventualmente adquirido, conforme autoriza o inciso I do §3º do art. 82 da Lei 14.133, de 2021.

3.1.2. Nas contratações decorrentes desta ata de registro de preço, o quantitativo a ser eventualmente adquirido ficará limitado ao valor máximo da despesa fixado no Termo de Referência.

3.2. O presente instrumento caracteriza-se como documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 3.1, onde são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas conforme condições definidas no edital e seus anexos, propostas de preços apresentadas e ata do Pregão Eletrônico nº **XXX/20XXX**, que integram este instrumento.

3.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

#### **CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições contidas na respectiva ARP.

4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.

4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

#### **CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO**

5.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta ata, e havendo a oscilação de mercado, poderá adotar uma das medidas previstas abaixo, se for o caso.

5.2. Nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele intentada;

III – convocar os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, na ordem de



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

classificação, visando a promover igual negociação.

5.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados;

II – promover a negociação com os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, observado o procedimento descrito no subitem 6.6.

5.4.1. Não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 5.6, ou não existindo licitantes que aderiram ao preço do vencedor nem existindo licitantes remanescentes, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

5.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicitar a revisão do preço registrado e comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – proceder às negociações na forma do subitem 6.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante se frustrada a negociação de que trata o inciso I deste item.

5.5.1. Diante da inexistência de licitantes que reduziram ao preço do vencedor ou de licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionadas no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração, por ele, de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

5.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

5.5.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei 14.133, de 2021.

5.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

#### **Da negociação para fins de revisão de preço**

5.6. As negociações de que tratam os subitens 5.4.1 e 5.5 deverão observar o seguinte procedimento:

5.6.1. O órgão gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitaram cotar sua proposta em valor igual ao licitante vencedor, bem como os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

5.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do supracitado item 5.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocá-los para negociação, sempre na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

6.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

6.5.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

6.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

6.7.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ARP**

**7.1.** O órgão gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – for liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 5.3 e no inciso I do subitem 5.4 desta ARP.

II – descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 5.2);

IV – não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133, de 2021.

**7.2.** A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

III – em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**7.2.1.** Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o órgão gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do respectivo preço registrado;

II - proceder às negociações com os licitantes que reduziram seus preços ao valor do vencedor, e também com os licitantes remanescentes na forma do subitem 5.6.

**7.3.** Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o órgão gerenciador deverá motivar a sua decisão no processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e também dos aderentes, se houver.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**8.1.** São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

**8.1.1.** Publicar o extrato da ARP na imprensa oficial do Município, com a indicação do número da respectiva licitação, do objeto e endereço eletrônico onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

**8.1.2.** Publicar nos mesmos moldes delineados no subitem 8.1.1 eventuais alterações que possam ocorrer na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca e/ou modelo, quantitativos dos itens ou de seus preços.

**8.1.3.** Divulgar, mediante publicação no portal do município e no PNCP, o preço registrado, com indicação dos fornecedores, e essa informação deverá ficar disponível durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**8.1.4.** Gerenciar a Ata de Registro de Preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

**8.1.4.1.** Emitir a autorização de compra;

**8.1.4.2.** Indicar para os Órgãos e/ou Entidades Participantes da ARP, os fornecedores e seus respectivos saldos dos itens, visando subsidiar os pedidos de compras.

**8.1.4.3.** Proceder atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado, nos termos previstos na Cláusula Quinta.

**8.1.4.5.** Se necessário, promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos e/ou entidades participantes.

**8.1.4.6.** Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso, desde que observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133, de 2021.

**8.1.4.7.** Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, nos termos da Cláusula Sexta;

**8.1.4.8.** Receber a “*solicitação de adesão*” e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos e as entidades não participantes, por meio do “*termo de adesão*”.

**8.1.5.** Promover o cancelamento do preço registrado ou da Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente,



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

quando houver situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

**8.1.6.** Emitir decisão de forma explícita, sobre todas as solicitações e reclamações elaboradas pelos detentores da Ata de RP, que forem relacionadas ao gerenciamento da ata, com exceção dos requerimentos que forem manifestamente impertinentes ou meramente protelatórios.

**8.1.6.1.** Com relação à obrigação delineada no subitem 8.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de até *30(trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período. (art. 123 da Lei)

**8.2. São obrigações dos ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES da ata:**

**8.2.1.** Solicitar o uso da ARP ao órgão gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida a ordem de classificação.

**8.2.2.** Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

**8.2.3.** Requisitar a autorização e o empenho da despesa, correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

**8.2.4.** Formalizar a contratação decorrente da ARP.

**8.2.7.** Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de RP, ou do descumprimento das obrigações contratuais, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

**8.2.8.** Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas no Edital.

**8.2.9.** Não participar em mais de uma ata de registro de preços, que tenha o mesmo objeto, no prazo de validade desta ARP, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei 14.133, de 2021).

**8.2.10.** A existência de preços registrados implicará compromisso do detentor da ata de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**8.3. São obrigações do DETENTOR DA ARP (fornecedor):**

**8.3.1.** Manter, durante a vigência do RP, todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**8.3.2.** Responder no prazo de até 05 (dias) dias as solicitações, pedidos e/ou informações, feitas pelo Órgão Gerenciador e Órgãos e/ou Entidades participantes.

**8.3.3.** Na hipótese do preço do mercado tornar-se superior aos preços registrados na ARP, **comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento** realizado pelos órgãos e entidades participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

**8.3.4.** No caso de solicitação de revisão de preço, deverá comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados.

**8.3.5.** Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente do registrado



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

na ARP, conforme disposto na cláusula sétima deste instrumento, deverá comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores ao registrado, não podendo haver majoração do preço registrado.

**8.3.6.** Caso solicite o cancelamento do item registrado, deverá comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

#### **CLÁUSULA NONA – DA SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO**

**9.1.** O órgão gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, se for comprovado o motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que não haja majoração do preço registrado, e também o novo produto deve possuir, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores.

**9.2.** A aceitação de que trata o subitem 6.1, poderá ser precedida de parecer técnico, solicitado pelo gerenciador, que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e a aceitação da substituição deverá ser consignada na ARP através de Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

- a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
- b) der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da ARP;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto registrado sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ARP;
- f) praticar ato fraudulento na execução da ARP;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas, as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta ARP, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) **Multa por descumprimento de prazos e obrigações**

1. moratória de 0,5% (cinco décimas por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

2. A contratante a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá recusar o objeto solicitado, ocasião na qual será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a inacumulabilidade da cobrança.

3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total registrado, no caso de inexecução total pelo fornecedor.

3.1. Entende-se configurada a recusa, além do descumprimento do prazo acima estabelecido, as hipóteses em que o fornecedor não apresentar situação regular conforme as exigências da Administração.

4. A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.

#### **V. Multa por extinção contratual**

1. nas hipóteses de rescisão unilateral, o órgão gerenciador aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente.

2. não deve haver cumulação entre a multa prevista neste artigo e a multa específica prevista para outra inexecução que enseje em rescisão. Nessa hipótese, deve ser aplicada a multa de maior valor.

**10.3.** A aplicação das sanções previstas nesta ARP não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**10.4.** Todas as sanções previstas nesta ARP poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o órgão;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013,





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

**10.8.** A personalidade jurídica do fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta ARP ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**10.9.** O órgão gerenciador deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**10.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**10.11.** Os débitos do fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma ARP ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP**

**11.1.** Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, observadas as obrigações para cada um, fixadas no Termo de Referência.

**11.2.** A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio do instrumento de contrato<sup>1</sup>, dentro do prazo de validade da respectiva ARP, podendo esse ser substituído por nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei 14.133, de 2021.

**11.3.** Será admitida a forma eletrônica na celebração da contratação, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

**11.4.** O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 90, da Lei 14.133, de 2021<sup>2</sup>.

**11.5.** A formalização dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preço, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

**11.5.1.** Se o instrumento de contrato for substituído por outro instrumento hábil, na forma do art. 95 da Lei 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

do prazo de vigência da Ata.

**11.6.** Na assinatura do contrato:

I – será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação;

II – será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 12.2 do Edital;

**11.7.** O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 4.1), haja vista que o prazo de duração dos contratos segue o disposto pelo Capítulo V do Título III da Lei 14.133, de 2021.

**11.8.** O instrumento que se utilizará da Ata de Registro de Preços será a Ordem de fornecimento, em modelo padronizado do órgão, podendo ser firmado contrato com o prazo de vigência da contratação, na forma do artigo 105 da Lei 14.133, de 2021.

**11.9.** O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**11.10.** Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**12.1.** As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, substituição no caso de defeito, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

**12.2.** A presente Ata de Registro de Preços será regida pela Lei 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

**13.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de ANGICOS/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Instrumento, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

Afonso Bezerra/RN, **xx** de **xxxxxxx** de 2025.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do GERENCIADOR DA ATA

\_\_\_\_\_  
Representante legal do DETENTOR DA ATA

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000  
CNPJ Nº 08.294.688/0001-71

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_/2025

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE  
SI \*\*\* ENTE PÚBLICO LICITANTE E A EMPRESA \*\*\***

A \*\*\* ENTE PÚBLICO LICITANTE por intermédio do(a) ..... (órgão interno contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e \*\*\*, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de \*\*\*, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

<b>EMPRESA:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>REPRESENTANTE:</b>	
<b>E-MAIL:</b>	<b>TEL.: ( )</b>

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>VALOR TOTAL:</b>					

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ e encerramento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20\*\*\*, na classificação abaixo:



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, 09 de Junho, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

Gestão/Unidade:  
Fonte:  
Programa de Trabalho:  
Elemento de Despesa:  
PI:

**5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.**

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

5.2. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração Pública, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice \*\*\* do mês anterior ao pagamento da parcela.

**6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE.**

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO**

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de \*\*\* dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de \*\*\* dias úteis.

**8. CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

8.1. garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO.**

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO.**

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Praça Cívica, nº 37, Centro, CEP 59.510-000**  
**CNPJ Nº 08.294.688/0001-71**

**13.2.** A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

**13.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

**13.4.** O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

**13.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.4.3.** Indenizações e multas.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VEDAÇÕES.**

**14.1.** É VEDADO À CONTRATADA:

**14.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**14.1.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES.**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO.**

**17.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO.**

**18.1.** É eleito o Foro da Comarca de ANGICOS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., ..... DE ..... DE 2025.

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA